



Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Concurso Público 2015

30
TARDE

Prova objetiva e de redação – Nível Médio

TÉCNICO JUDICIÁRIO

Tipo 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas
- uma folha destinada ao texto definitivo da redação



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas



TEMPO

- 4:30 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e elaboração do texto definitivo da redação
- 2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- 1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala

Conhecimentos Básicos

Texto 1 - O século XX foi marcado pelo uso crescente de veículos automotores. Desde então observam-se com maior frequência episódios críticos de poluição do ar. Com o aumento alarmante da poluição e a ameaça de escassez das reservas de petróleo, estudiosos de vários países investem esforços na procura de novas fontes alternativas de energia, como hidrogênio e biomassa. De acordo com pesquisadores, a mudança definitiva do século pode ser representada pela revolução nos transportes, por meio de tecnologias que já foram criadas e que poderão estar acessíveis em menos de 20 anos. (<http://www.comciencia.br>)

1

O primeiro período do texto 1 – O século XX foi marcado pelo uso crescente de veículos automotores – traz uma série de informações de forma explícita ou implícita. A informação que está ausente desse período é:

- (A) ao empregar a forma verbal “foi marcado”, o autor do texto 1 mostra que o século XX já é passado;
- (B) ao referir-se a “século XX”, o autor do texto alude a um período de cem anos;
- (C) ao dizer que o uso de veículos automotores foi “crescente”, o autor do texto mostra que a venda desses veículos aumentou progressivamente;
- (D) o adjetivo “automotores” se refere a um tipo específico de veículos;
- (E) ao dizer que o século XX “foi marcado”, isso equivale a dizer que essa característica é de cunho negativo.

2

Na frase “Desde então observam-se com maior frequência episódios críticos de poluição do ar”.

A observação correta que poderia melhorar a escrita desse segmento do texto 1 é:

- (A) “observam-se” deveria ser substituído por “vê-se”;
- (B) o termo “maior” deveria ser substituído por “mais”;
- (C) o vocábulo “frequência” deveria ser substituído por “intensidade”;
- (D) o vocábulo “episódios” deveria ser substituído por “capítulos”;
- (E) a expressão “poluição do ar” deveria ser substituída por “poluição aérea”.

3

Entre os termos sublinhados abaixo, aquele que representa um agente do termo anterior, e não seu paciente, é:

- (A) poluição do ar;
- (B) uso de veículos;
- (C) aumento da poluição;
- (D) reservas de petróleo;
- (E) mudança de século.

4

“O século XX foi marcado pelo uso crescente de veículos automotores. Desde então observam-se com maior frequência episódios críticos de poluição do ar”.

Entre esses dois primeiros períodos do texto 1, a relação lógico-argumentativa é a seguinte:

- (A) o primeiro período mostra a causa do segundo;
- (B) o primeiro período explica algo expresso no segundo;
- (C) o segundo período indica a razão do primeiro;
- (D) o segundo período conclui algo a partir do primeiro;
- (E) os dois períodos são logicamente independentes.

5

O texto 1 fala da “procura de novas fontes de energia”, justificando essa procura, entre outras razões, por:

- (A) consumo excessivo de veículos automotores;
- (B) redução brusca da poluição do ar;
- (C) diminuição das reservas de petróleo;
- (D) despesas enormes com a exploração do petróleo;
- (E) necessidade de revolução nos transportes.

6

“Com o aumento alarmante da poluição e a ameaça de escassez das reservas de petróleo...”.

A frase abaixo em que o vocábulo “com” apresenta o mesmo valor semântico que mostra na frase acima é:

- (A) De acordo com os estudiosos há necessidade de novas fontes de energia.
- (B) Com a chegada de novas fontes de energia, toda a situação voltará ao equilíbrio.
- (C) Com bastante frequência veem-se serem feitas pesquisas sobre novas fontes de energia.
- (D) As novas orientações sobre pesquisa de petróleo vieram com o texto da nova lei.
- (E) Mais protestos contra a poluição levaram para as ruas operários com suas famílias.

7

Ao dizer que houve “episódios críticos” de poluição do ar, o autor do texto 1 quer indicar que ocorreram:

- (A) episódios de poluição que receberam muitas críticas;
- (B) críticas intensas à poluição atmosférica;
- (C) momentos de maior gravidade de poluição;
- (D) instantes em que a poluição ameaçava vidas humanas;
- (E) épocas de menor intensidade de poluição.

8

“...novas fontes alternativas de energia, como hidrogênio e biomassa”.

Nesse segmento do texto 1, o vocábulo “como” introduz uma:

- (A) enumeração de todas as fontes alternativas;
- (B) exemplificação de alguns tipos de fontes alternativas;
- (C) comparação com algumas outras fontes de energia;
- (D) explicação do que são fontes alternativas de energia;
- (E) interrogação sobre novas fontes de energia.

9

No texto 1, ora o autor emprega verbos na voz ativa, ora na voz passiva; a frase abaixo cujo verbo se encontra na voz ativa é:

- (A) “O século XX foi marcado pelo uso crescente de veículos automotores”.
- (B) “Desde então observam-se com maior frequência episódios críticos de poluição do ar”.
- (C) “...a mudança definitiva do século pode ser representada pela revolução nos transportes...”.
- (D) “...por meio de tecnologias que já foram criadas...”.
- (E) “[tecnologias] que poderão estar acessíveis em menos de 20 anos”.

10

“De acordo com pesquisadores, a mudança definitiva do século pode ser representada pela revolução nos transportes,...”.

Nesse segmento, o vocábulo sublinhado expressa:

- (A) capacidade de representar a mudança;
- (B) possibilidade de ser representada a mudança;
- (C) certeza sobre a mudança definitiva do século;
- (D) dúvida sobre se é possível ou não a mudança;
- (E) probabilidade de a mudança não ocorrer.

Texto 2 – A introdução do uso do biodiesel no mercado brasileiro foi instituída pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), criado pelo governo federal em dezembro de 2004. Atualmente, a soja é utilizada em mais de 68% da produção de biodiesel, mas a pesquisa para a produção com base em outras culturas é constante no segmento. Algumas culturas oleaginosas são muito valorizadas em outras áreas de consumo, o que dificulta sua utilização para a produção de biodiesel, como é o caso do óleo de mamona, utilizado na fabricação de lubrificantes e outros produtos de química fina. Outros óleos, como o de girassol e canola, são utilizados em grande escala para consumo humano. Com a obrigatoriedade de adição de 3% de biodiesel à mistura de óleo diesel mineral vendido nos postos brasileiros, essa realidade pode mudar. (*Fontes de energia*, Paulo Roberto Moraes).

11

Em relação ao texto 1, esse segundo texto funciona como uma:

- (A) comprovação de que há uma procura por fontes alternativas de energia;
- (B) contradição com o que afirma o texto 1, já que a procura de fontes alternativas de energia é um fracasso;
- (C) explicação do porquê de o petróleo ainda ser a fonte básica de energia;
- (D) exemplificação de uma nova fonte de energia, que substituiu o petróleo;
- (E) demonstração das imensas possibilidades de voltarem a empregar-se fontes antigas de energia alternativa.

12

Sobre a sigla PNPB, a única afirmativa adequada é:

- (A) é formada pelas letras iniciais maiúsculas retiradas dos nomes que compõem a designação dada ao programa;
- (B) é colocada entre parênteses porque se trata de uma designação bastante conhecida do público;
- (C) colabora para que o público leitor possa conhecer melhor o programa aludido;
- (D) funcionaria como elemento redutor da extensão do texto, caso o programa devesse ser citado novamente;
- (E) indica uma possibilidade de o programa ser conhecido nos demais países.

13

Segundo o texto 2, a introdução do uso do biodiesel:

- (A) trouxe prejuízo para o consumo humano;
- (B) depende em sua maior parte da soja;
- (C) encontrou obstáculo no alto preço de produção;
- (D) prejudicou a cultura da mamona;
- (E) foi incentivada por governos estrangeiros.

14

Um dos problemas aludidos no texto 2 para a produção de biodiesel a partir de outras culturas oleaginosas é a:

- (A) compatibilidade com o baixo preço do petróleo;
- (B) competitividade com outros destinos da produção;
- (C) aceitação do produto para consumo interno;
- (D) recusa de produtos à base de óleo de cozinha;
- (E) falta de incentivo por parte do governo.

15

O texto 2 termina prevendo que “essa realidade pode mudar”.

Nesse caso, a realidade a que o texto se refere é a:

- (A) improbabilidade de novas pesquisas, com outras oleaginosas;
- (B) dificuldade de utilização de alguns meios na produção de biodiesel;
- (C) impossibilidade de se acrescentar ao óleo diesel das bombas dos postos alguns óleos minerais;
- (D) necessidade de se acrescentar óleos vegetais aos combustíveis minerais;
- (E) improriedade de se acrescentar óleos vegetais a óleos minerais.

Texto 3 – Proálcool

No Brasil tivemos um grande programa de uso de biomassa que pretendia ser uma alternativa para o uso de combustível para veículos automotores, conhecido como Proálcool.

[...] O álcool é hoje adicionado à gasolina e as montadoras de automóveis colocaram no mercado opções de modelos de automóveis que podem ser movidos tanto à gasolina quanto a álcool, conhecidos como flex. (Paulo Roberto Moraes, *Fontes de energia*).

16

No segmento inicial do texto 3, o adjetivo “grande” significa:

- (A) larga duração de tempo;
- (B) importância do projeto;
- (C) dimensão física do programa;
- (D) valorização econômica;
- (E) demonstração de valor político.

17

O fato de haver hoje veículos movidos a gasolina e a álcool mostra que:

- (A) o preço do petróleo afastou consumidores;
- (B) novas fontes de energia estão ganhando espaço;
- (C) os governos estão preocupados com o meio ambiente;
- (D) a gasolina traz prejuízos aos veículos;
- (E) o Brasil é um país atualizado cientificamente.

18

O último parágrafo do texto 3 mostra:

- (A) o sucesso de um programa;
- (B) a desilusão diante de um projeto;
- (C) a falta de previsão dos cientistas;
- (D) o descuido das autoridades do setor energético;
- (E) a falta de modernização das indústrias.

19

Ao dizer que o Proálcool “pretendia” ser uma alternativa para o uso de combustível, o autor do texto 3 está querendo indicar que:

- (A) o projeto já não existe mais;
- (B) o programa nunca se realizou;
- (C) os resultados não foram os esperados;
- (D) o governo mudou de ideia;
- (E) o programa foi um sucesso.

20

Os três textos desta prova têm em comum:

- (A) a condenação das autoridades governamentais;
- (B) a crítica à falta de novas fontes de energia;
- (C) a demonstração de que o Brasil está muito desenvolvido;
- (D) a temática das novas fontes de energia;
- (E) a desilusão diante de projetos mirabolantes.

Conhecimentos Específicos**21**

O ato administrativo é espécie de ato jurídico e, por ser emanado de agentes dotados de parcela do poder público, possui certos atributos que o distinguem dos atos de direito privado, ou seja, características que permitem afirmar que ele se submete a um regime jurídico administrativo ou a um regime jurídico de direito público. Nesse contexto, destaca-se o atributo da:

- (A) imperatividade, segundo o qual o ato administrativo se impõe e cria obrigações para determinada pessoa, desde que haja sua prévia intimação e concordância, respeitado o contraditório;
- (B) presunção de legitimidade, segundo o qual existe presunção absoluta de que o ato administrativo foi praticado em conformidade com os ditames legais;
- (C) autoexecutoriedade, segundo o qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário;
- (D) discricionariedade, segundo o qual o particular pode aferir a oportunidade e a conveniência de aderir a determinado ato administrativo que gere efeitos em sua esfera jurídica;
- (E) atipicidade, segundo o qual a Administração Pública pratica, em regra, atos inominados, em decorrência do princípio da autonomia da vontade, desde que não haja proibição legal.

22

Hipótese 1: Entidade integrante da Administração Indireta, que possui personalidade jurídica de direito público, criada por lei específica para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado;

Hipótese 2: Pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Indireta do Estado, criada por autorização legal, sob qualquer forma jurídica adequada a sua natureza, para que o Governo exerça atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, execute a prestação de serviços públicos.

As definições acima tratam, respectivamente, de:

- (A) concessionária de serviços públicos e fundação privada;
- (B) permissionária de serviços públicos e fundação pública;
- (C) fundação pública e sociedade de economia mista;
- (D) empresa pública e sociedade de economia mista;
- (E) autarquia e empresa pública.

23

Poderes administrativos consistem no conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para viabilizar a sobreposição do interesse público ao interesse privado e permitir que o Estado alcance seus fins. Nesse sentido, é hipótese de poder regulamentar quando um:

- (A) governador de Estado edita um decreto contendo atos gerais para complementar determinada lei e permitir a sua efetiva aplicação;
- (B) guarda de trânsito, no exercício de suas funções, coordena o tráfego de veículos para evitar engarrafamento em uma movimentada via pública;
- (C) fiscal de posturas realiza fiscalização nas instalações de um mercado e flagra uma série de irregularidades que levam à sua interdição;
- (D) chefe de cartório, a pedido da parte interessada, emite uma certidão contendo informações específicas sobre determinado processo;
- (E) agente do Procon, após regular processo administrativo, multa determinada agência bancária, por ofensa reiterada aos direitos do consumidor.

24

Em tema de controle da Administração Pública, é correto afirmar que o Poder Judiciário se submete ao sistema de controle:

- (A) interno (como aquele feito por meio de auditoria contábil do próprio Tribunal), mas não se sujeita a controle externo, pelo princípio da supremacia do Poder Judiciário;
- (B) interno (como aquele exercido pela Corregedoria sobre os atos dos serventuários da Justiça) e controle externo (como aquele praticado pelo Tribunal de Contas);
- (C) interno (como aquele exercido pelo Conselho da Magistratura), mas não se sujeita a controle externo, pelo princípio da separação dos poderes;
- (D) interno (como aquele exercido pelo Tribunal de Contas) e controle externo (como aquele praticado pelo Conselho Nacional de Justiça);
- (E) interno (como aquele exercido pelo Conselho Nacional de Justiça) e controle externo (como aquele praticado pelo Conselho Nacional do Ministério Público).

25

Governador do Estado deseja contratar determinado cantor sertanejo consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, diretamente ou através de seu empresário exclusivo, para fazer um show no réveillon em praça pública para a população. Preocupado em atender aos ditames da Lei nº 8.666/93, o Governador solicitou parecer à Procuradoria do Estado, oportunidade em que foi informado de que a contratação em tela:

- (A) deve necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade concorrência;
- (B) deve necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade convite;
- (C) deve necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade concurso;
- (D) pode ser realizada com inexigibilidade de licitação;
- (E) pode ser realizada com dispensa de licitação.

26

João, aluno do ensino médio, formulou diversas proposições a respeito dos conceitos de cidadania, nacionalidade e capacidade civil. Assinale, dentre as proposições abaixo, a única que se mostra correta:

- (A) a cidadania é requisito necessário ao alistamento eleitoral, que permite o surgimento da nacionalidade e o consequente exercício dos direitos fundamentais;
- (B) a nacionalidade brasileira é requisito necessário à obtenção da cidadania, que permite o surgimento da liberdade política e o gozo dos direitos fundamentais;
- (C) a cidadania é inerente ao Estado democrático, sendo requisito necessário ao surgimento da liberdade política e ao exercício dos direitos fundamentais;
- (D) a nacionalidade brasileira é requisito necessário ao alistamento eleitoral, que permite o surgimento da cidadania e o consequente exercício dos direitos políticos;
- (E) a capacidade civil é requisito necessário ao surgimento da cidadania, que permite o surgimento da nacionalidade e o consequente exercício dos direitos políticos.

27

Pedro e Antônio tinham o sonho de ingressar no funcionalismo público e travaram intenso debate a respeito da sistemática constitucional de acesso aos cargos públicos. Dentre as conclusões que alcançaram, a única que se mostra correta é:

- (A) o concurso público pode ser interno ou externo, conforme seja restrito, ou não, àqueles que já ocupam cargos públicos;
- (B) os cargos em comissão somente podem ser ocupados pelos titulares de cargos de provimento efetivo;
- (C) as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo;
- (D) somente os brasileiros, natos ou naturalizados, podem ter acesso aos cargos ou empregos públicos;
- (E) o prazo de validade do concurso público é de até quatro anos, prorrogável uma única vez.

28

A respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que ela é formada pela união:

- (A) indissolúvel dos Estados e dos Municípios;
- (B) indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- (C) dissolúvel dos Estados, dos Municípios e dos Territórios;
- (D) indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- (E) dissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

29

Os juízes possuem diversas garantias constitucionais indispensáveis ao livre exercício da função jurisdicional. A esse respeito, é correto afirmar que a garantia da:

- (A) inamovibilidade impede que sejam removidos compulsoriamente do seu órgão jurisdicional, salvo por motivo de interesse público;
- (B) vitaliciedade permite que exerçam a função jurisdicional enquanto viverem ou até que decidam aposentar-se voluntariamente;
- (C) irredutibilidade impede que os subsídios recebidos pelos juízes sofram qualquer espécie de desconto, de natureza tributária ou previdenciária;
- (D) permutabilidade permite que os juízes permitem o órgão que titularizam com outro juiz, ainda que vinculado a ente federativo diverso;
- (E) preferibilidade assegura aos juízes a possibilidade de acesso preferencial a qualquer espaço público ou privado, desde que o “ato de acesso” seja fundamentado.

30

Maria, com 15 (quinze) anos de idade, procura a Defensoria Pública e ajuíza ação de revisão de alimentos, a fim de majorar o valor da pensão que recebe de seu pai, alegando que iniciou a fase de preparação para o vestibular e, por isso, suas despesas aumentaram. Submetido o seu pedido ao juiz, foi determinado que providenciasse a regularização de sua representação processual, porque era necessária a presença de seu responsável legal.

O motivo da ordem judicial é:

- (A) Maria, menor púber, deve ser assistida por seu representante legal na prática dos atos da vida civil;
- (B) a personalidade civil começa aos 18 (dezoito) anos e, por isso, os menores precisam da assistência de seus representantes legais para praticar atos da vida civil;
- (C) os direitos da personalidade só contemplam os absolutamente capazes;
- (D) os menores impúberes só podem exercer os atos da vida civil representados por seus representantes legais;
- (E) os menores impúberes só podem exercer pessoalmente os atos da vida civil quando comprovarem possuir o necessário discernimento para a prática desses atos.

31

Se, antes de entrar a Lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada à correção, o prazo para vigência começará a correr:

- (A) a partir da nova publicação;
- (B) 03 (três) meses após a primeira publicação oficial;
- (C) a partir da primeira publicação oficial o marco inicial para contagem do prazo não se altera;
- (D) 01 (um) ano após a primeira publicação;
- (E) 45 (quarenta e cinco) após a primeira publicação.

32

Sobre o tema “pessoas jurídicas”, é correto afirmar que:

- (A) os Estados estrangeiros, a União e o Distrito Federal são pessoas jurídicas de direito público externo;
- (B) todas as entidades de caráter público criadas por lei são pessoas jurídicas de direito público interno;
- (C) as pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos de seus agentes, desde que não tenham eles condições de responder com seu patrimônio pelo resarcimento dos prejuízos causados à vítima;
- (D) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno;
- (E) as associações são constituídas por pessoas que se organizam para fins econômicos.

33

Quanto ao tema da capacidade processual, é INCORRETO afirmar que:

- (A) se trata de um pressuposto de validade da relação processual;
- (B) a ausência de capacidade para estar em juízo constitui vício que não pode ser sanado, devendo o juiz extinguir o processo sem resolução do mérito assim que constatar o defeito;
- (C) têm capacidade de ser parte todas as pessoas físicas e jurídicas, além dos entes e massas de bens desprovidos de personalidade jurídica a que a lei atribui tal capacidade, como o espólio e o condomínio de edifício;
- (D) a capacidade postulatória consiste na aptidão para dirigir petições ao juiz, sendo privativa do advogado e de profissionais do direito que exerçam funções análogas, no âmbito de suas atribuições, como o Promotor de Justiça e o Defensor Público;
- (E) o advogado, mesmo sem instrumento de mandato, pode exercer a sua capacidade postulatória em prol de seu cliente, a fim de evitar a consumação da prescrição ou decadência, caso em que deverá exhibir a procuração no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período, por despacho do juiz.

34

No curso de um processo, veio a notícia do falecimento do advogado da parte ré. O juiz, verificando a necessidade de se regularizar a representação do réu, suspendeu o processo e assinou prazo para que este sanasse o vício.

Não sendo cumprido o despacho, deve o juiz:

- (A) decretar a nulidade do processo e extinguir o feito sem resolução do mérito;
- (B) decretar a nulidade do processo e extinguir o feito com resolução do mérito;
- (C) reputar o réu revel e determinar o prosseguimento do processo;
- (D) excluir o réu do processo e julgar procedente o pedido formulado;
- (E) designar um curador especial para o réu.

35

Sobre os Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que:

- (A) pode figurar como parte do processo o menor absolutamente incapaz, desde que representado por um dos pais ou pelo tutor;
- (B) são admissíveis apenas as modalidades voluntárias de intervenção de terceiro;
- (C) é admissível a reconvenção, desde que tenha por objeto pedido relativo a quantia não excedente a quarenta vezes o salário mínimo;
- (D) os recursos, em regra, têm efeitos devolutivo e suspensivo;
- (E) a incompetência territorial dá azo à extinção do feito sem resolução do mérito.

36

No curso de um processo, em que o genitor pede em face da genitora a guarda unilateral de seu filho, o juiz identificou que ali já tramitava outro feito referente ao mesmo pedido, embora formulado pela avó materna em face da genitora.

Em razão dessa circunstância, deverá o juiz:

- (A) determinar o prosseguimento de ambos os processos, sem reuni-los, uma vez que as partes não coincidem;
- (B) determinar a reunião de ambos os feitos para julgamento em conjunto, por força da conexão entre as causas e da necessidade de se afastar o risco de prolação de decisões conflitantes;
- (C) extinguir o segundo processo distribuído, porque já está sendo discutida a guarda do menor em outro feito;
- (D) extinguir o segundo processo, porque configurada a hipótese de litispendência;
- (E) determinar a reunião de ambos os feitos para julgamento em conjunto, dada a identidade do polo passivo, embora não ocorra a conexão.

37

Sobre a execução, é correto afirmar que:

- (A) visa a preservar a utilidade do processo de conhecimento, diante de uma situação de urgência que ponha em risco de perecimento o direito subjetivo alegado pela parte demandante;
- (B) tem por escopo pacificar uma situação litigiosa entre as partes, definindo o titular do direito subjetivo em disputa;
- (C) a competência para processá-la é do juízo de primeira instância, e não do órgão *ad quem* que julgou o feito no exercício da competência recursal;
- (D) só pode se fundar em títulos executivos judiciais, mas não extrajudiciais;
- (E) o exequente pode desistir da demanda, desde que haja consentimento do executado nesse sentido.

38

Henrique, não aceitando o fim do relacionamento, decide matar Paola, sua ex-namorada. Para tanto, aguardou na rua a saída da vítima do trabalho e, após, desferiu-lhe diversas facadas na barriga, sendo estas lesões a causa eficiente de sua morte. Foi identificado por câmeras de segurança, porém, e denunciado pela prática de homicídio consumado. Em relação ao crime de lesão corporal, é correto afirmar que Henrique não foi denunciado com base no princípio da:

- (A) especialidade;
- (B) subsidiariedade expressa;
- (C) alternatividade;
- (D) subsidiariedade tácita;
- (E) consunção.

39

No dia 25 de fevereiro de 2014, na cidade de Ariquemes, Felipe, nascido em 03 de março de 1996, encontra seu inimigo Fernando na rua e desfere diversos disparos de arma de fogo em seu peito com intenção de matá-lo. Populares que presenciaram os fatos, avisaram sobre o ocorrido a familiares de Fernando, que optaram por transferi-lo de helicóptero para Porto Velho, onde foi operado. No dia 05 de março de 2014, porém, Fernando não resistiu aos ferimentos causados pelos disparos e veio a falecer ainda no hospital de Porto Velho. Considerando a situação hipotética narrada e as previsões do Código Penal sobre tempo e lugar do crime, é correto afirmar que, em relação a estes fatos, Felipe será considerado:

- (A) inimputável, pois o Código Penal adota a Teoria da Atividade para definir o tempo do crime, enquanto que o lugar do crime é definido pela Teoria da Ubiquidade;
- (B) inimputável, pois o Código Penal adota a Teoria da Atividade para definir o tempo do crime, enquanto que o lugar é definido pela Teoria do Resultado;
- (C) imputável, pois o Código Penal adota a Teoria do Resultado para definir tanto o tempo quanto o lugar do crime;
- (D) imputável, pois o Código Penal adota a Teoria da Ubiquidade para definir o momento do crime, enquanto que a Teoria da Atividade determina o lugar;
- (E) inimputável, pois o Código Penal adota a Teoria da Atividade para definir tanto o tempo quanto o local do crime.

40

Leonardo foi condenado pela prática de um crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo. No momento da execução da pena, o juiz verificou que Leonardo já ostentava em sua Folha de Antecedentes Criminais condenações pela prática de um crime de homicídio simples contra seu primo, ocorrido em razão de uma discussão familiar no ano de 2013; de um crime de estupro simples realizado no ano de 2012; e pela prática, no ano de 2011, do crime de extorsão qualificada pela morte. De acordo com a Lei nº 8.072/90, são considerados hediondos os seguintes crimes praticados por Leonardo:

- (A) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e extorsão qualificada pela morte;
- (B) homicídio simples, estupro simples e extorsão qualificada pela morte;
- (C) estupro simples e extorsão qualificada pela morte;
- (D) homicídio simples e extorsão qualificada pela morte;
- (E) homicídio simples e estupro simples.

41

Caio, estagiário concursado do Tribunal de Justiça, no exercício dessa sua função, solicita de um advogado que realizava atendimento a quantia de R\$400,00 para adiantar a juntada de determinada petição. Insatisfeito com a conduta de Caio, de imediato o advogado recusou a solicitação e denunciou o ocorrido ao Ministério Público. Considerando apenas a situação narrada, é correto afirmar que Caio deverá ser responsabilizado pela prática de um crime de:

- (A) corrupção ativa, consumado;
- (B) corrupção passiva, tentado;
- (C) corrupção ativa, tentado;
- (D) concussão, consumado;
- (E) corrupção passiva, consumado.

42

O princípio da ampla defesa, previsto constitucionalmente, impõe que o acusado seja cientificado do início do processo e de todo o seu desenvolvimento. A ciência da ação penal proposta é realizada através da citação, quando o denunciado toma conhecimento da imputação delitiva. Sobre o instituto, é correto afirmar que:

- (A) quando o réu estiver em local conhecido, mas fora da unidade da federação do juiz processante, será citado por edital;
- (B) o edital de citação poderá indicar os sinais característicos, residência e profissão do denunciado, ainda que não seja conhecido seu nome;
- (C) estando o réu em local incerto e não sabido, deverá ser realizada citação com hora certa;
- (D) o Código de Processo Penal não admite o instituto da citação com hora certa;
- (E) se o acusado, citado por edital, não comparecer e nem constituir advogado, o processo ficará suspenso, em que pese o prazo prescricional continue a correr.

43

Glória foi vítima de um crime de estupro praticado no interior de sua residência. Sendo a natureza da ação pública condicionada à representação, compareceu, então, à Delegacia, narrou o ocorrido e manifestou o interesse na apuração do fato, razão pela qual foi instaurado inquérito. Considerando a hipótese narrada e as características do inquérito policial, é correto afirmar que:

- (A) caso houvesse indícios da autoria e prova da materialidade delitiva, a instauração de inquérito policial seria prescindível para propositura da ação penal;
- (B) o inquérito policial tem como algumas de suas principais características a oralidade, a oficialidade e oficiosidade;
- (C) uma das características do inquérito policial é o sigilo, razão pela qual não poderá o defensor do indiciado ter acesso aos autos, ainda que em relação àquilo já documentado;
- (D) o inquérito policial é disponível, de modo que a autoridade policial poderá determinar seu arquivamento diretamente;
- (E) a natureza de ação pública condicionada à representação do crime de estupro exige que a representação seja ofertada para fins de propositura da ação penal, mas não para instauração de inquérito.

44

João foi vítima de um delito de dano, crime este de ação penal privada. Em razão disso, ofereceu queixa-crime, de maneira regular, em desfavor de Renato, autor dos fatos. Após o recebimento da queixa, intimados para audiência de instrução e julgamento, o querelante e seu advogado não compareceram, de maneira injustificada. O magistrado entendeu por bem intimar o querelante para justificar a ausência, mas este se manteve inerte por 30 dias. Diante disso, deverá o juiz da causa reconhecer a:

- (A) decadência, que poderá ocorrer em ações penais de natureza pública condicionada à representação e de natureza privada;
- (B) prescrição, que, em tese, poderá ocorrer em crimes cuja ação penal seja de qualquer natureza;
- (C) perempção, que só poderá ocorrer em ações penais de natureza privada;
- (D) decadência, que só poderá ocorrer em ações penais de natureza privada;
- (E) perempção, que poderá ocorrer em ações penais de natureza pública condicionada à representação e de natureza privada.

45

Flávia foi denunciada pela prática de um crime de extorsão perante a 1ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho. O juiz em atuação nesta Vara, Jorge, contudo, era pai da autoridade policial que conduziu as investigações que resultaram na denúncia, havendo, inclusive, representação deste no processo pela decretação da prisão preventiva. Por sua vez, o promotor de justiça Lucas, que participaria da audiência de instrução e julgamento, mas que não foi o que ofereceu denúncia, era credor de Flávia. Por fim, o serventuário da Justiça Carlos, que atuaria no processo, era amigo íntimo da acusada. Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) Jorge está diante de causa de impedimento, enquanto Lucas e Carlos estão diante de causas de suspeição;
- (B) Jorge e Lucas estão diante de causa de impedimento, enquanto Carlos, de suspeição;
- (C) Jorge está diante de causa de impedimento; Lucas, de suspeição; e Carlos poderá atuar normalmente, pois as causas de impedimento/suspeição não se estendem aos serventuários da Justiça;
- (D) Jorge, Lucas e Carlos estão diante de causas de suspeição;
- (E) Jorge e Lucas estão diante de causa de suspeição, enquanto Carlos poderá atuar normalmente, pois as causas de impedimento/suspeição não se estendem aos serventuários da Justiça.

46

Na análise dos ambientes interno e externo, a equipe de planejamento de uma organização pública do poder judiciário estadual optou pelo uso da matriz SWOT, também conhecida como análise FOFA, que contempla as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Como uma fraqueza (*weakness*), a equipe poderia indicar:

- (A) a inexistência de um projeto de gestão do conhecimento diante do avanço da aposentadoria de servidores;
- (B) a autorização pelo poder executivo para realização de novos concursos para contratação de servidores;
- (C) a perspectiva de baixo crescimento do PIB nacional e estadual;
- (D) o avanço da tecnologia da informação para a virtualização dos processos;
- (E) o crescimento da cultura de judicialização na sociedade.

47

Durante a elaboração do orçamento do Judiciário, um analista sugeriu que fossem considerados valores líquidos de impostos e quaisquer deduções.

Nesse caso, a sugestão fere o princípio orçamentário de:

- (A) anualidade;
- (B) exclusividade;
- (C) orçamento bruto;
- (D) totalidade;
- (E) universalidade.

48

Na gestão pública contemporânea são crescentes os esforços no sentido de avaliar e mensurar o desempenho. Passa a ser importante reconhecer que as ações relacionadas à gestão de pessoas também devem ter seus reflexos avaliados e mensurados.

Uma medida que indique os reflexos das ações na área de gestão de pessoas pode ser um índice de:

- (A) atendimento à demanda de produtos;
- (B) clima organizacional;
- (C) cumprimento do Plano de Obras;
- (D) economicidade em compras;
- (E) execução do orçamento estratégico.

Matemática

49

Em um mesmo andar do prédio do Tribunal de Justiça estão a Secretaria de Administração (A) e a Secretaria Judiciária (B). Considere as seguintes informações:

- Na secretaria A há 1 funcionário a mais que na secretaria B.
 - A terça parte dos funcionários da secretaria A são mulheres.
 - A metade dos funcionários da secretaria B são mulheres.
 - Dos funcionários das secretarias A e B, 17 são homens.
- O número total de funcionários dessas duas secretarias é:
- (A) 25;
 - (B) 26;
 - (C) 27;
 - (D) 28;
 - (E) 29.

50

Dois conjuntos *A* e *B* têm exatamente a mesma quantidade de elementos. A união deles tem 2015 elementos e a interseção deles tem 1515 elementos.

O número de elementos do conjunto *A* é:

- (A) 250;
- (B) 500;
- (C) 1015;
- (D) 1765;
- (E) 1845.

51

No Tribunal de Justiça de certo estado (fictício), as quantidades de processos virtuais analisados no último ano estão no quadro a seguir:

Processos	Quantidades
<i>Habeas corpus</i>	108
Agravos de instrumento	20
Mandados de segurança	15
Cautelares	7

Considerando apenas esses processos, os de *Habeas corpus* correspondem a uma porcentagem de:

- (A) 66%;
- (B) 68%;
- (C) 70%;
- (D) 72%;
- (E) 74%.

52

A média do número de páginas de cinco processos que estão sobre a mesa de Tânia é 90. Um desses processos, com 130 páginas, foi analisado e retirado da mesa de Tânia.

A média do número de páginas dos quatro processos que restaram é:

- (A) 70;
- (B) 75;
- (C) 80;
- (D) 85;
- (E) 90.

53

João tem 5 processos que devem ser analisados e Arnaldo e Bruno estão disponíveis para esse trabalho. Como Arnaldo é mais experiente, João decidiu dar 3 processos para Arnaldo e 2 para Bruno.

O número de maneiras diferentes pelas quais João pode distribuir esses 5 processos entre Arnaldo e Bruno é:

- (A) 6;
- (B) 8;
- (C) 10;
- (D) 12;
- (E) 15.

54

Em uma sequência numérica, cada termo a partir do terceiro é a soma dos dois termos anteriores.

O 7º e o 9º termos são, respectivamente, 29 e 76.

O 2º termo dessa sequência é:

- (A) 1;
- (B) 2;
- (C) 3;
- (D) 4;
- (E) 5.

55

Humberto é digitador e trabalha todos os dias no fim do expediente de um cartório o tempo necessário para realizar a digitação dos trabalhos do dia. Durante uma semana, ele anotou quanto tempo trabalhou em cada dia no serviço de digitação e o resultado está no quadro abaixo:

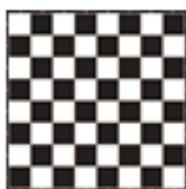
Dias	Tempo de trabalho (horas: minutos)
segunda-feira	2:20
terça-feira	3:00
quarta-feira	5:30
quinta-feira	6:10
sexta-feira	5:40

Nessa semana, o tempo médio de trabalho por dia de Humberto foi de:

- (A) 4:32;
- (B) 4:36;
- (C) 4:42;
- (D) 4:48;
- (E) 4:54.

56

Um tabuleiro de damas tem 32 quadradinhos pretos e 32 quadradinhos brancos.



Um desses 64 quadradinhos é sorteado ao acaso.

A probabilidade de que o quadradinho sorteado seja um quadradinho preto da borda do tabuleiro é:

- (A) $\frac{1}{2}$;
- (B) $\frac{1}{4}$;
- (C) $\frac{1}{8}$;
- (D) $\frac{9}{16}$;
- (E) $\frac{7}{32}$.

57

Em uma sala de arquivos há armários dispostos em ordem e designados pelas letras A, B, C, Cada armário tem 5 gavetas numeradas de 1 a 5 e cada gaveta contém 12 pastas numeradas de 01 a 12. Cada pasta é identificada por um símbolo que indica o armário, a gaveta e a pasta em si. Por exemplo, o símbolo B307 indica a pasta 07 da gaveta 03 do armário B. Certo dia Celso recebeu a tarefa de conferir, em ordem, os conteúdos de todas as pastas, desde a pasta C310 até a pasta E202.

O número de pastas que Celso vai conferir é:

- (A) 77;
- (B) 88;
- (C) 92;
- (D) 101;
- (E) 112.

58

Joaquim atrasou o pagamento de sua fatura do cartão de crédito no qual são cobrados juros compostos de 12% ao mês. Joaquim pagou a fatura um mês após o vencimento. O valor total pago por Joaquim com os juros incluídos foi de R\$ 4.032,00.

Se Joaquim tivesse pago a fatura na data de vencimento, teria pago o valor de:

- (A) R\$ 3.548,16;
- (B) R\$ 3.600,00;
- (C) R\$ 3.612,32;
- (D) R\$ 3.720,00;
- (E) R\$ 3.736,64.

Legislação Específica

59

Em relação ao regime jurídico daqueles que ocupam cargo em comissão ou exercem função de confiança, de acordo com a Lei Complementar nº 568/2010, que dispõe sobre a carreira dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia:

- (A) os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, serão exercidos exclusivamente por pessoas não ocupantes de cargo efetivo nos casos de assessoramento, direção e chefia;
- (B) as funções de confiança, destinadas à atividade de assessoramento, direção e chefia, serão exercidas por pessoas não ocupantes de cargo efetivo;
- (C) será reservado o percentual de, no mínimo, 50% dos cargos em comissão aos servidores efetivos do quadro de pessoal do Poder Judiciário;
- (D) durante os afastamentos ou impedimentos regulamentares do titular do cargo em comissão ou função gratificada, o substituto não fará jus ao vencimento ou gratificação a eles inerentes;
- (E) é vedada, em qualquer caso, a nomeação de servidor ocupante de cargo efetivo, que seja cônjuge ou parente até o terceiro grau, inclusive, de magistrado, para exercer cargo em comissão.

60

Consoante dispõe o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia, é um dos requisitos essenciais para a criação e a instalação de Comarca:

- (A) a existência de população mínima de cinquenta mil habitantes no Município que sediará a Comarca;
- (B) a arrecadação anual de tributos estaduais não inferiores a cem vezes a média do salário mínimo regional;
- (C) o mínimo de dez mil eleitores inscritos e quarenta mil habitantes no Município que sediará a Comarca;
- (D) o volume de serviço forense comprovado pelo Juiz da Comarca a que pertence o Município, com o mínimo de trezentos processos ajuizados no ano anterior;
- (E) a existência de prédios públicos com capacidade e condições para instalação do Fórum, e residências oficiais para Juiz, Promotor e todos os servidores da Justiça.

61

Em relação à movimentação do servidor público, a Constituição do Estado de Rondônia dispõe que:

- (A) a remoção de servidor leva em conta critérios que promovam o seu bem estar, com base em seu endereço, por critérios alternados de antiguidade e merecimento;
- (B) fica assegurada ao servidor público estável a remoção para a localidade onde sirva o cônjuge, desde que haja no local função compatível com seu cargo;
- (C) nenhum servidor pode ser removido “ex-officio” para cargo fora da localidade de sua residência, nos seis meses anteriores à posse do Governador, ainda que haja consentimento do próprio servidor;
- (D) o servidor pode ser removido “ex-officio” para cargo fora da localidade de sua residência, inclusive nos seis meses anteriores à posse do Governador, independentemente de seu consentimento;
- (E) a remoção é definida exclusivamente pelo critério do interesse público, sendo irrelevante a localidade onde sirva o cônjuge e a época da remoção (inclusive o período de seis meses anteriores ou posteriores à posse do Governador).

62

José ingressou, pela primeira vez, no serviço público, após aprovação em concurso público. Foi regularmente nomeado e tomou posse no cargo efetivo de Analista Judiciário. Ocorre que, findo o estágio probatório, observadas as formalidades legais, José não foi aprovado na avaliação especial de desempenho, por não preencher os requisitos básicos exigidos, em especial a pontualidade e a produtividade. Dessa forma, de acordo com a Lei Complementar nº 68/1992, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Rondônia, a autoridade competente deverá:

- (A) exonerá-lo;
- (B) demiti-lo;
- (C) declarar a nulidade de sua nomeação;
- (D) declarar a nulidade de sua posse;
- (E) prorrogar o estágio probatório por mais três anos.

63

A correição não tem forma nem figura de juízo, consistindo no exame dos serviços realizados por juízes, cartórios e atividades forenses. De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia, incumbir-se-á das correições o:

- (A) Presidente do Tribunal de Justiça, em relação a todos os serviços judiciários, no primeiro grau de jurisdição;
- (B) Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, em relação a todos os serviços judiciários no primeiro e segundo graus de jurisdição;
- (C) Corregedor-Geral da Justiça, em relação a todos os serviços judiciários no segundo grau de jurisdição;
- (D) Juiz Titular, ou o seu substituto, em sua respectiva Comarca ou Vara;
- (E) Técnico Judiciário nomeado como chefe do cartório em sua respectiva Vara.

Geografia e História de Rondônia**64**

A construção da rodovia BR-364 possibilitou a maior integração das regiões Norte e Centro-Oeste do país ao restante do território nacional. Antes de sua construção, só se chegava a Porto Velho através da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, de balsa ou de avião. A iniciativa de abertura, bem como a inauguração da rodovia, ocorreram no governo:

- (A) Juscelino Kubitschek, com a perspectiva de maior integração do território nacional;
- (B) Médici, como parte dos projetos de estímulo ao crescimento econômico;
- (C) Getúlio Vargas, face à preocupação com a segurança nacional durante a Segunda Guerra;
- (D) Fernando Henrique Cardoso, como elemento do Sistema de Vigilância da Amazônia;
- (E) Lula, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento.

65

“Em sua terceira visita à Amazônia desde que assumiu a pasta, o ministro da Defesa, Jaques Wagner, anunciou apoio à implementação da Hidrovía do Rio Madeira, que cortará os estados de Rondônia e do Amazonas.

Orçada em R\$ 40 milhões – preço equivalente a apenas 40 km de rodovia -, a hidrovía terá uma extensão de 1.076 km. Jaques Wagner acredita que o momento é adequado para o governo federal investir no transporte hidroviário. “O custo do transporte nas hidrovias é mais barato e na Amazônia não temos estradas”, disse o ministro.”

(Disponível em <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/04/ministerio-defesa-apoia-hidrovia-de-1-076-km-no-rio-madeira>)

A importância do investimento na implementação da hidrovía mencionada no texto está relacionada principalmente:

- (A) à exploração do turismo nos principais rios da região amazônica;
- (B) ao escoamento da soja para os mercados consumidores do exterior;
- (C) ao transporte de madeira para abastecer as indústrias da região sudeste;
- (D) às reivindicações de povos indígenas no que diz respeito à circulação no estado;
- (E) à facilitação da circulação de passageiros entre Rondônia e a Bolívia.

66

Ao longo do século XVII, o território português na América foi ampliado em razão da formação da União Ibérica (1580/1640). O território brasileiro saiu de uma faixa litorânea para uma dimensão continental e, nesse contexto, o território que deu origem ao atual estado de Rondônia foi ocupado.

Sobre o processo de ocupação do território que deu origem ao estado de Rondônia, é correto afirmar que:

- (A) os jesuítas e os bandeirantes foram os grandes responsáveis pela conquista territorial da região norte no século XVII;
- (B) os produtores de borracha e de soja contribuíram decisivamente para a ocupação da região norte no século XVII;
- (C) os bandeirantes e os mineradores foram os grandes responsáveis pelo controle português sobre a região norte no século XVII;
- (D) a elite pecuarista e os jesuítas foram os grandes responsáveis pela ocupação da região norte no século XVII;
- (E) a elite açucareira e os militares ocuparam o interior da região norte ao longo do século XVII.

67

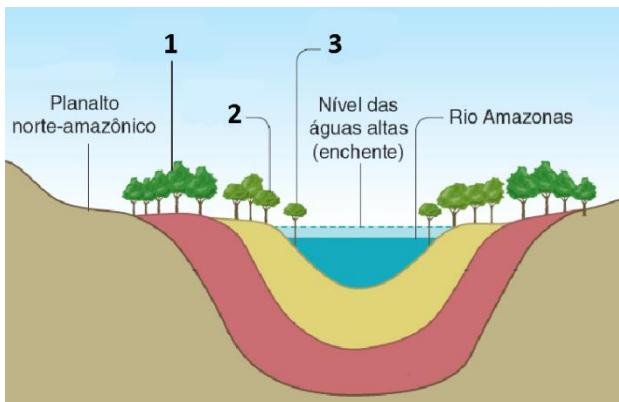
Do século XIX até meados do século XX, os rios do Estado de Rondônia foram as principais vias de circulação. Durante o período áureo da atividade extrativista nos seringais, por exemplo, esses rios foram a principal forma de acesso aos diversos seringais existentes.



(Disponível em <http://rondoniaemsala.blogspot.com.br/2012/01/rios-navegaveis-em-ro.html>)

No mapa acima, estão numerados os principais rios do estado. Os rios Madeira, Mamoré, Guaporé e Ji-Paraná são, respectivamente:

- (A) 1, 2, 3 e 4;
- (B) 1, 3, 2 e 4;
- (C) 2, 4, 3 e 1;
- (D) 3, 2, 1 e 4;
- (E) 4, 1, 3 e 2.

68

A vegetação da Amazônia está dividida em tipos diferentes, cada um com características e potenciais específicos. Baseado na imagem apresentada, pode-se caracterizar corretamente essa diversidade ao se afirmar que:

- (A) o número 1 na imagem corresponde à várzea, um tipo de vegetação que tem um potencial agrícola muito mais alto do que os demais tipos;
- (B) o Igapó identificado com o número 3 na imagem é um tipo de vegetação que ocorre ao longo dos rios de "água preta" pobres de nutrientes, como o rio Negro;
- (C) no número 2 ocorre a mata de várzea, onde os solos são permanentes alagados, em terrenos baixos próximos aos rios;
- (D) os tipos de terra firme exemplificados com o número 1 correspondem à Amazônia fitogeograficamente, ou "hileia", onde a arrancada recente para a colonização concentrou-se;
- (E) a fertilidade do solo da várzea, identificada com o número 3, é renovada periodicamente pelo sedimento depositado pelos rios.

69

A presença da exploração da borracha no Vale do Madeira impulsionou a prosperidade econômica da região em razão da grande demanda internacional por esse produto entre o final do século XIX e o início do século XX. Em relação à mão de obra utilizada na região, é correto afirmar que:

- (A) a imigração de europeus foi decisiva para suprir a necessidade de mão de obra na região;
- (B) a presença de imigrantes asiáticos foi a saída encontrada para a mão de obra da região;
- (C) a migração da população gaúcha e catarinense supriu a necessidade de mão de obra da região;
- (D) a migração da população oriunda dos grandes centros urbanos do Sudeste atendeu à demanda da região;
- (E) a migração da população do nordeste foi a solução para suprir a necessidade de mão de obra da região.

70

A utilização da mão de obra escrava na região norte durante o período colonial brasileiro foi constante. Porém, a população frequentemente usada nesse processo escravista foi a indígena, e não a população negra. Sobre esse aspecto da escravidão na região norte ao longo do período colonial, é correto afirmar que:

- (A) os negros não se adaptaram ao clima local e, por isso, não foram usados em larga escala;
- (B) os jesuítas apoiam a escravização dos indígenas na região e, por isso, a sua larga utilização na região;
- (C) a baixa qualidade na produção da região não gerou a necessidade de escravização dos negros;
- (D) o alto valor dos negros e o baixo lucro da região, se comparada ao açúcar, gerou a necessidade da utilização dos índios;
- (E) a coroa portuguesa não permitiu a utilização de escravos indígenas na região norte.

Redação

O texto 1 da prova objetiva aborda o problema da procura de um novo modelo energético. O Brasil se encontra em uma situação difícil nessa área, com deficiências resultantes de causas bastante variáveis.

Procure analisar as dificuldades que o país atravessa no terreno da energia, indique medidas a serem tomadas e justifique suas opiniões com argumentos convincentes, através da elaboração de um texto dissertativo-argumentativo, sobre o tema acima, em linguagem culta, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

